

O elogio do cuidado: o feminino nos testemunhos de María Eugenia Vásquez e de Vera Grabe sobre a experiência guerrilheira na Colômbia

Grazielle Furtado Alves da Costa Devaux

Doutoranda em Estudos Literários/
Universidade Federal Fluminense (UFF)

E-mail: graziellecosta@yahoo.com.br

Recebido em: 08/09/2014.

Aprovado em: 16/02/2015.

Resumo: O artigo discute como a literatura de testemunho de mulheres ex-combatentes, na Colômbia, contribui para a construção de um sentido original de feminilidade. María Eugenia Vásquez (*Escrito para no morir*) e Vera Grabe (*Razones de vida*) narram a participação das mulheres na guerra entre o desejo de separação e a necessidade de conexão. Escolhem o protagonismo da luta armada, desafiando o confinamento privado da agência feminina. Contudo, justificam seus atos no espaço público e suas atitudes nas relações privadas a partir da ética do cuidado. Neste sentido, estas mulheres, nem sempre de modo intencional, politizam o ato de cuidar e desestabilizam as fronteiras entre os espaços público e privado.

Palavras-chave: Gênero. Ética do Cuidado. Mulheres guerrilheiras. Colômbia. Testemunho.

The praise of care: the feminine in María Eugenia Vásquez's and Vera Grabe's testimonies on the guerrilla experience in Colombia

Abstract: The article discusses how testimony literature from former combatant women, in Colombia, contributes to construct an original sense of femininity. María Eugenia Vásquez (*Escrito para no morir*) and Vera Grabe (*Razones de vida*) narrates the participation of women in the war in a standpoint between the will of separation and the need of connection. They choose the leading role of armed struggle, challenging the private enclosure of feminine agency. However, they justify their acts in public space and their attitudes in private relations on the grounds of ethics of care. In this sense, these women, sometimes in an unintended way, politicize care and trouble the borderland between private and public spaces.

Keywords: Gender. Ethics of Care. Guerrilla women. Colombia. Testimony.

1 Introdução

O presente artigo tem por objetivo discutir a constituição de uma dimensão da memória coletiva colombiana a partir dos testemunhos de María Eugenia Vásquez, em *Escrito para no morir*, e de Vera Grabe, em *Razones de vida*. Seguimos os rastros deixados pelas autoras na construção de um sentido plural de subjetividade feminina na guerra, atravessado pelo desejo de cuidar. Enfrentando expectativas, gozos e frustrações, Vásquez e Grabe escrevem, entre afeto e poder, as possibilidades de serem mulheres e mães em um contexto de violência.

O processo de reflexão desencadeado pelo ato de narrar a experiência guerrilheira para criar a vida após a participação na luta armada inaugura um lugar original para o feminino. A posição da mulher combatente desestabiliza o discurso de gênero que sustenta a necessidade da guerra, bem como problematiza os supostos limites políticos do feminino. As escritas testemunhais, discursos da memória elaborados por Vásquez e Grabe, são mais que histórias particulares de duas mulheres. Representam a voz coletiva das possibilidades políticas das mulheres enquanto grupo social nos anos 1970 e 1980, na Colômbia e em grande parte da América Latina. Significam um ato ético de tomar a palavra da história para contar o político desde a perspectiva do íntimo e do pessoal.

Em um ponto de vista híbrido e plural, María Eugenia Vásquez e Vera Grabe narram a guerra entre o masculino-guerreiro e o feminino-vítima. Subvertem o pacto entre público e privado, politizando o pessoal na experiência de cuidado em relação a si, aos seres queridos, aos companheiros de luta e à sociedade colombiana. Ou seja, tomam o ato de cuidar como fundamento da sobreposição de espaços sociais de intervenção do sujeito feminino, criticando, ao mesmo tempo, a alienação da feminilidade privada e a violência da masculinidade pública. A construção de suas subjetividades, como mulheres e como colombianas, não se traduz em um processo linear e harmonioso nas escritas de María Eugenia Vásquez e de Vera Grabe. É o espaço do conflito e da contradição, da culpa e do ressentimento, da desilusão e da perda. Contudo, é também o caminho a seguir, a única possibilidade de ir adiante, na coragem de narrar nas incertezas e lacunas da memória de um passado poroso que não passa, constituindo-se em uma forma de aprendizado e reflexão para as mulheres latino-americanas nos dias de hoje.

2 A guerra tem gênero - o lugar do feminino na luta política armada

Os estudos feministas sobre a guerra chamam atenção para uma relação específica entre masculino e feminino que autoriza o conflito bélico em nome da proteção (ENLOE, 1993; ELSHTAIN, 1987). Na história política moderna, a oposição entre protetores (homens armados) e protegidas (mulheres vulneráveis) justifica a necessidade do conflito armado, ao mesmo tempo em que define os interesses políticos das mulheres como subordinados ao exercício da força pelos homens. A inocência, a fragilidade e a vulnerabilidade do feminino são características construídas para autorizar a ação de masculinos agressivos (ELSHTAIN, 1987). Ou seja, o dever de proteger o feminino sustenta a obrigação do masculino de realizar a guerra (ELSHTAIN, 1987). Aqui denominamos mito da proteção esta relação de mútua constituição entre a vulnerabilidade feminina e a agressividade masculina, que naturaliza a violência, despolitiza a agência feminina e desqualifica formas alternativas de identificação social.

O lugar do combatente, nesta concepção, é o corpo masculino, único percebido como capaz de exercer agência política em nome da proteção. A guerra é um assunto de homens, cabendo às mulheres o apoio e a exaltação da violência masculina. Duas consequências perversas surgem deste modelo de constituição da masculinidade pela luta armada. A primeira define a violência como processo político privilegiado, tornando invisíveis outras formas de transformação social. O problema, assim, não é a violência, mas a violência de quem e em nome de quê. A violência dos homens que partilham a mesma classe, raça e cultura é legítima e desejada. A violência dos “outros” homens é injusta e cruel. A segunda perversidade deste processo diz respeito ao lugar das mulheres, um lugar apolítico e acrítico, a partir do qual só é possível agir através da mediação da ação e da palavra masculinas.

Na segunda metade do século XX, quando alguns grupos armados oferecem às mulheres a possibilidade de tornarem-se combatentes, esta dicotomia é aparentemente posta em xeque. A inclusão das mulheres nos exércitos e grupos armados reconstrói o significado do corpo feminino, que deixa de ser percebido como inerente espaço de vulnerabilidade e de fragilidade para se constituir em lócus de

realização da identidade política militarizada. A confusão de papéis não é necessariamente negativa, já que gera questionamentos importantes sobre o que significam ser mulher e ser homem no contexto da guerra. A imagem de mulheres empunhando armas e exercendo atos de violência mostra que o que os homens e as mulheres fazem resulta menos da biologia e muito mais da imaginação humana e das decisões políticas (ENLOE, 2007).

Todavia, a subversão dos valores que autorizam o uso da força em nome da proteção não é um efeito automático da presença das mulheres em grupos armados e instituições militares. Entender a presença das mulheres implica em um anterior movimento de compreender como é constituído esse lugar que ocupam. Ou seja, as instituições militares e grupos armados não existem como opções políticas neutras, que as mulheres voluntariamente assumem, mas significam a realização de construções simbólicas que hierarquizam os sujeitos sociais a partir de uma específica relação de gênero.

3 O contexto político na Colômbia dos anos 1970 e a inserção das mulheres na luta guerrilheira

As narrativas dominantes sobre a história da Colômbia, nas décadas de 1960 e 1970, destacam a disputa militar que contrapõe o exército nacional a grupos guerrilheiros. Tal contexto é tomado como resultado, principalmente, de dois processos interdependentes: o fechamento do espaço político doméstico pela Frente Nacional¹ e a forte repressão (apoiada ideológica e concretamente pelos EUA) exercida pelo exército e pelos grupos de autodefesa aos movimentos camponeses. É este o contexto de surgimento e desenvolvimento do grupo guerrilheiro de que fizeram parte as autoras que estudamos neste trabalho: o Movimento 19 de Abril (M-19).

Os anos de 1960 e 1970 representam o auge das manifestações estudantis e sindicais contra o regime político estabelecido (BUI-TRAGO, 1987). O estopim da ruptura política entre a oposição e os governos da Frente Nacional se dá na fraude eleitoral que impediu o candidato Rojas Pinilla de chegar ao poder. O candidato da Frente Nacional, Misael Pastrana, é declarado vencedor das eleições de 19 de abril de 1970, por uma pequena margem de votos. Tal declaração é entendida como uma mensagem dos círculos de poder de que o

sistema não poderia ser mudado a partir das estruturas políticas oficiais. Como símbolo da resistência à fraude eleitoral, é fundado o Movimento 19 de Abril (M-19). Neste momento histórico, a adesão aos grupos guerrilheiros se dá basicamente por afinidade ideológica, como veremos mais adiante na análise dos testemunhos de María Eugenia Vásquez e de Vera Grabe.

O M-19, diferente da maioria dos grupos guerrilheiros colombianos, elege a cidade como território de luta. Suas frentes são compostas, em sua maioria, por intelectuais e estudantes egressos da Universidade Nacional da Colômbia. Embora não dispusesse dos recursos militares das guerrilhas camponesas, o M-19 ganha muita notoriedade por praticar atos de alto poder simbólico. São exemplos destes atos: o roubo da espada de Simón Bolívar, a ocupação de embaixadas e prédios públicos e o sequestro de lideranças políticas. O grupo permanece à margem do processo político colombiano até o final da década de 1980, quando decide desmobilizar-se para participar como “Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar” do processo constituinte de 1991.

A memória de exclusão, violência, clientelismo e pobreza constitui a percepção entre os movimentos sociais de que a mudança só pode se realizar por outra via que não o sistema político tradicional. Neste contexto, algumas mulheres, dentre as quais María Eugenia Vásquez e Vera Grabe, aderem à luta armada, identificando o projeto de emancipação feminina com o projeto político das guerrilhas. O discurso guerrilheiro convoca as mulheres colombianas para a guerra, afirmando que sua participação é um instrumento de ruptura com os estereótipos de fragilidade, delicadeza e passividade. Os inimigos dessas mulheres, segundo a inteligência guerrilheira, são os mesmos dos revolucionários: o Estado, o imperialismo norteamericano, a pobreza e a marginalização política.

No discurso guerrilheiro, as mulheres não são mais apenas as que reproduzem e cuidam dos guerreiros, mas também as “guerreiras justas”, aquelas que se sacrificam e matam em nome da proteção da nação. De fato, algumas mulheres identificam a guerrilha como uma oportunidade de emancipação em relação aos valores e práticas tradicionalmente associados ao feminino, em especial ao casamento, à maternidade e ao trabalho doméstico. Dessa forma, ingressam com a expectativa de que a revolução pode se dar também nas relações entre homens e mulheres, gerando novos espaços de realização para as mulheres.

Contudo, as histórias de mulheres guerrilheiras remontam à frustração de expectativas criadas em torno de uma vida diferente, menos centrada nas experiências e desejos masculinos. Para além da adesão ao tipo mais violento de masculinidade (militarização), as guerrilheiras devem suportar a utilização dos seus corpos em favor da satisfação dos desejos dos guerrilheiros, conformando-se em cumprir as funções tradicionalmente assumidas como femininas e em se submeterem à autoridade masculina. Em muitos casos, a participação das mulheres nos grupos guerrilheiros é usada para reforçar o caráter revolucionário destes grupos em relação a seus inimigos. Isto é, a presença das mulheres é instrumentalizada como um recurso ideológico dos grupos guerrilheiros, tomando a emancipação feminina como um subproduto da superação do capitalismo. Dentro das organizações armadas, as mulheres raramente podem falar desde a sua posição de mulher. Sua voz permanece subordinada aos interesses prioritários da revolução. A igualdade, assim, não é problematizada e as diferenças mascaradas pela ideologia revolucionária.

4 O testemunho como literatura crítica - a guerra narrada no feminino

A hospitalidade do testemunho à escrita feminina, nas últimas décadas, não é ocasional. Historicamente a fala das mulheres precisou ocupar este lugar híbrido entre o público e o privado para contar-se. Deste modo, o lugar da memória feminina no processo de construção do espaço político latino-americano foi aquele do sussurro e do entredito, de quem atravessa o público, mas não se apropria dele. Especialmente a partir das décadas de 1960 e 1970 quando os estudos de gênero² passaram a desempenhar um discurso crítico fundamental no pensamento e práticas políticas, a “história das mulheres” desafiou os silêncios da história oficial. Como afirma Reis, “[...] no espaço incerto e não institucionalizado da fronteira, as mulheres, acostumadas ao espaço da fala a menos, encontraram território para vir a público e contar suas histórias.” (REIS, 2009, p. 55).

O testemunho é um lugar político, ainda que não vinculado diretamente à defesa de uma causa. Ou seja, a literatura de testemunho promove a convergência entre política e literatura (SELIGMANN-SILVA, 2005), questionando a neutralidade do discurso histórico

dominante. Engaja-se com as inquietações políticas de seu tempo, através de uma leitura crítica e não convencional da história. Esta postura crítica possui materialidade na experiência concreta e direta de personagens destituídos dos instrumentos de poder para falar e fazer-se visíveis nos documentos oficiais. São narrativas pessoais que desestabilizam os discursos de neutralidade e de objetividade das fontes oficiais, potencializando um novo olhar sobre um contexto político excludente. O pessoal, contudo, não implica o individual, alienado do coletivo. Ao contrário, a relevância do testemunho se coloca na sua proposta de construção de uma identidade coletiva, na fronteira entre a linguagem privada (exposição das impressões e sensações do eu) e a escrita pública (narração das experiências de um grupo social).

La mujeres si están diciendo: están haciendo análisis, evaluaciones y propuestas... sólo que mayoritariamente, en otro tipo de discurso que aún no ha obtenido reconocimiento en la academia y en otras instancias del poder discursivo dominante. Sin apoyos económicos ni casi institucionales... las mujeres – desde los márgenes y casi con las uñas – han introducido su propia visión, personal, amplia, evaluativa, también analítica, en toda esta selva. Y en este camino encontramos una búsqueda de lenguaje y expresión, realmente muy rica y muy compleja (NAVIA VELASCO, 2005, p. 16).

O testemunho feminino, assim, subverte a ordem centrada no sujeito literário homem, descendente de europeu, heterossexual e pertencente aos centros culturais urbanos (REIS, 2009). Os escritos das combatentes constroem um espaço de conflito entre gênero e política, problematizando os discursos hegemônicos de emancipação social. María Eugenia Vásquez e Vera Grabe buscam a identidade de guerrilheira para assumirem o controle sobre seus desejos. Querem ter direito a sentir raiva e a usar sua potência para mudar o que as oprime. “Hay un momento en el que se rompe el límite del aguante y entonces el ser humano se lanza con toda la rabia contenida contra lo que se atravesie en su camino” (VÁSQUEZ, 2006, p. 238). Entretanto, estas mulheres foram socializadas dentro de padrões de feminilidade que não podem ser apagados. O feminino dominante resiste nas mulheres combatentes, mas não mais a partir de uma contraposição absoluta em relação ao masculino bélico. A mulher tradicional (que organiza as tarefas domésticas, cuida do bem-estar do grupo e cede

espaço para os interesses dos outros) coexiste com outras formas de ser mulher experimentadas pela rotina de um grupo armado (que executa tarefas a partir da divisão do trabalho no grupo armado, que expressa simplicidade e praticidade na aparência e que soluciona problemas através do esforço físico). Ou seja, a ética de competição da guerra e a ética de cuidado dos seres queridos conformam uma identidade feminina híbrida, que desafia qualquer lugar absoluto de feminino ou masculino.

Descubrirme hembra, distinta de ellos, en lugar de enemistarme con el sexo opuesto me adentraba en la comprensión de otras dimensiones de mi ser, todavía desconocidas [...]. Ser mujer en la guerra representaba la renuncia al poder y al reconocimiento en beneficio de otros; ceder mi proyecto personal por el interés colectivo de la misma forma como lo hacen las madres; amar y amar, hasta quedar vacía y ofrecer mi cuerpo al deseo de aquellos a quienes amaba (VÁSQUEZ, 2006, p. 355-356).

As mulheres combatentes, desse modo, fundam um novo espaço político na lógica da guerra, que não pode ser traduzido como um mero movimento de assimilação acrítica da cultura masculina. Seus corpos cedidos à causa revolucionária representam novos soldados a reforçar a luta guerrilheira. Entretanto, estes corpos de mulher uniformizados e armados não carregam o mesmo conteúdo social, psicológico e político dos corpos dos homens guerrilheiros. Nas palavras de Santiago, estes corpos são, simultaneamente, territórios de “assimilação e de agressividade, de aprendizagem e de reação, de falsa obediência” (1978, p.18). São mulheres que vivem uma experiência não esperada no contexto social em que se inserem e, portanto, deslocam-se do lugar comum para refletir sobre as possibilidades de construção de sua identidade.

Escribir mi vida para otros, examinarla una y otra vez objetivada en el texto, me permitió reconocer paulatinamente mi condición social, reconciliar pasado y presente, comprender la vida como proceso y rechazar la imposición de un ex - militante y guerrillera - que fracturaba mi identidad; hacer visibles las múltiples mujeres que me habitan, aceptar mis miedos, mis debilidades, y aprender a convivir con mis amados fantasmas sin que dolieran tanto. (...) En la medida en que escribía aparecían trazos tenues de una identidad que de tanto repararlos se ponían de relieve. El escrito y yo nos influimos mutuamente, nos afectamos siempre. Gracias a este ejercicio, encontré sentidos y expli-

caciones antes invisibles. Supe que la vida tiene razones y sinrazones y que no vale la pena juzgar, sino entender. Pero lo más importante fue que pude encontrar en mi pasado la fuerza de una identidad que me sacó de la nostalgia. (VÁSQUEZ, 2006, p. 20).

5 Testemunhar o feminino em *Escrito para no morir* e em *Razones de vida*

As narrativas de María Eugenia Vásquez, em *Escrito para no morir*, e de Vera Grabe, em *Razones de vida*, oferecem caminhos alternativos para pensar aspectos relevantes da história colombiana nas décadas de 1970 e 1980. Embora não pretendamos confundir as vozes das duas autoras, apagando a singularidade de cada relato, entendemos que ambos os testemunhos compartilham um contexto intersubjetivo. Ambas as narrativas se inserem em um esforço de reinterpretação da identidade feminina a partir da experiência guerrilheira, comum a uma geração específica de mulheres colombianas. Ou seja, a necessidade de lembrar nos dois textos não decorre apenas de uma necessidade individual de elaboração do trauma, mas de um compromisso ético com a história das mulheres da Colômbia: “[...] como eres un pedazo de mi vida y mi vida es un pedazo de la tuya, hay otra historia que te pertenece, la que ahora te voy a contar. Porque Colombia aún no es un país en paz, para cuidarte y protegerte. A muchas cosas las cubrió el silencio.” (GRABE, 2000, p. 66).

O sentido de tornar público seu testemunho, para Grabe, está no vínculo entre sua história pessoal (a relação com a filha) e a história da Colômbia (o conflito político nas décadas de 1970 e 1980). Vásquez, por sua vez, define seu relato como exercício de memória, alertando o leitor e coautor para as armadilhas do recordar.

Mi relato no constituye un todo homogéneo; por el contrario, presenta vacíos, rupturas y discontinuidades propias de la dinámica entre olvido y recuerdo, de las texturas de la vida, de las contradicciones conmigo misma y con la intencionalidad de la memoria que iba elaborando. (VÁSQUEZ, 2006, p. 19).

Tanto Vásquez quanto Grabe ingressam no movimento guerrilheiro a partir da vivência do movimento estudantil no interior da Universidade Nacional de Bogotá. No início da década de 1970, a

universidade é um espaço político de resistência ao poder estabelecido, de modo que conhecimento acadêmico e ativismo político se confundem nos pátios e salas de aula. O discurso revolucionário se mostra atraente às jovens mulheres que buscam escapar da reprodução de um modelo tradicional de feminilidade, centrado na preparação para o casamento e para a maternidade; uma oportunidade de realizar-se enquanto sujeito social, aproximando-se do mundo masculino que admiravam. Neste sentido, Vásquez e Grabe percebem a militarização como uma experiência emancipatória, que permite, simultaneamente, a desobediência às regras de socialização feminina e a participação em um projeto coletivo de sociedade.

Vera Grabe e María Eugenia Vásquez, assim, reconhecem o exercício do cuidado no espaço doméstico como um limite à realização de suas subjetividades. Reafirmam, ao aderirem à causa guerrilheira, a primazia do sacrifício público em relação ao privado. Assumem a guerra como um movimento de separação dos outros privados. Leem a vida, dentro da lógica da guerra, como um “jogo de soma zero”, percebendo o interesse dos outros como uma ameaça à realização dos objetivos e desejos do seu grupo político. Em um mundo guiado pelo pensamento estratégico, a empatia é entendida como fraqueza, um traço da feminilidade hegemônica que elas se esforçam por fazer desaparecer. Entretanto, falham neste projeto de ruptura com a feminilidade, situando-se em um lugar de fronteira entre conexão e separação, nos termos de Carol Gilligan (2013). Tal necessidade de estabelecer a conexão com os outros, inclusive com os ditos inimigos políticos, é parte da narrativa de María Eugenia Vásquez. Um exemplo deste processo é a versão de Vásquez para o episódio de sequestro da Embaixada da República Dominicana em Bogotá, ocorrido em fevereiro de 1980:

Con el paso del tiempo y la convivencia, nacieron afectos especiales (...). Lo que sucedía a una persona afectaba al colectivo; si alguien se deprimía nos poníamos por tarea, rehenes y guerrilleros, reanimarlo. Lo hacíamos con afecto. Al embajador Lovera, de Venezuela, la Chiqui y Vicky lo sacaron de una tristeza profunda que lo aquejó al final del cautiverio. Incluso, le daban de comer como a un niño. (VÁSQUEZ, 2006, p. 180-181).

Não pretendemos entrar no debate sobre se podemos definir a relação entre sequestradores e sequestrados a partir do afeto, em um

contexto de grande assimetria de poder e de continuadas violências física e psicológica. O ponto mais relevante, a nosso ver, desta percepção exposta no testemunho é a necessidade moral da narradora de justificar sua posição em termos de conexão, reafirmando sua vinculação com uma ética do cuidado. Coerente com o processo de socialização feminina descrito por Carol Gilligan, María Eugenia Vásquez equipara “responsabilidade à necessidade de resposta que surge do reconhecimento de que os outros estão contando com você e que você está em posição de ajudar” (Gilligan, 2013, p. 110). Não se trata de uma tentativa de convencer o outro de que não praticou violência, no âmbito de uma ética da justiça. Significa, em outro contexto, a obrigação de narrar as relações na guerra, a partir dos sentimentos ambivalentes que caracterizam a ética do cuidado.

Vásquez e Grabe precisam da separação para serem tratadas como iguais, para contribuírem para uma utopia de justiça social em construção naquele tempo. Contudo, não abandonam o desejo de cuidar e de serem cuidadas, estendendo este cuidado para os membros do seu grupo e para a sociedade colombiana como um todo. Necessitam fundamentar suas ações no vínculo e na responsabilidade com a Colômbia, criando um espaço original no exercício da guerra.

Essas visões diferentes (ética do cuidado e ética da justiça) em sua tensão refletem as verdades paradoxais da experiência humana – de que nós só nos conhecemos como separados na medida em que vivemos em conexão com os outros, e que vivenciamos as relações apenas na medida em que diferenciamos os outros de nós mesmos. (GILLIGAN, 2013, p.118).

A presença das mulheres no grupo armado M-19, portanto, representa um movimento de conexão das narradoras com o contexto político colombiano, assumindo a identidade de protetoras dos injustiçados naquele contexto. Contudo, entre o ideal de guerrilheira e a prática cotidiana de pertencer a um grupo armado surgem conflitos e questionamentos. Para María Eugenia Vásquez, a entrada no grupo M-19 significa abandonar amigos, família e um filho. Isto é, representa uma ruptura radical com um passado do qual não é possível desapegar-se. A “mulher” María Eugenia, com suas inseguranças e fragilidades, coexiste com a “guerrilheira” de identidade cambiante: *“En mi coexistían dos mujeres diametralmente distintas. La fragilidad y la*

fuera me habitaban. Cuando regresaba de los viajes y entraba en la casa se contraponían dos personajes.” (VÁSQUEZ, 2006, p.155).

Para Vera Grabe, o discurso de igualdade, que a havia seduzido, vai sendo desconstruído nas relações cotidianas nos acampamentos guerrilheiros. Sua condição de mulher a torna mais próxima das tarefas tradicionais associadas ao feminino, como cozinhar, cuidar e divertir os companheiros. Nas discussões políticas, entretanto, suas visões são ignoradas e, muitas vezes, cooptadas pelos homens do grupo. Ou seja, as fronteiras entre o doméstico (espaço tradicional do feminino) e o político (lugar do sujeito masculino) são reproduzidas no seio da guerrilha:

Sin embargo en las discusiones políticas cuando intentaba decir algo era como si yo fuera invisible. Sentía que cuando hablaba no me veían, y no sabía si no me expresaba bien o no desarrollaba las ideas como lo hacían ellos. Mis aportes quedaban en el aire, pero cuando uno de ellos decía algo, incluso parecido a lo que yo había dicho, los demás respondían o asentían. (GRABE, 2000, p. 67).

Para a maioria das mulheres combatentes, a percepção de que são mulheres (em suas expectativas e não apenas no seu corpo) em um mundo masculino é um espaço de dúvidas. A ilusão da igualdade, do companheirismo e da força coletiva cala as angústias. O passo para o reconhecimento da discriminação de gênero e da constituição da ordem militar pelas experiências e expectativas masculinas constitui-se em um exercício psicológico muito difícil. As mulheres devem lutar contra si mesmas e resistir às imposições da cultura de gênero que internalizam. O discurso revolucionário reforça os papéis culturais associados ao feminino e ao masculino hegemônicos, invisibilizando as reivindicações específicas das mulheres no projeto político de emancipação:

Uno de los fundamentos para la reconstrucción de mi identidad era el reconocimiento de mis diferencias de género, las cuales daba cuenta en buena parte de mis comportamientos, tanto en las estructuras militares como en las relaciones afectivas. No fue fácil en aquel tiempo identificar la inequidad y la discriminación, ni mucho menos el poder ejercido por los varones sobre nosotras. Y eso que el Eme, acaso por su composición social – estudiantes, clase media urbana, intelectuales – fue entre los grupos guerrilleros una organización más abierta a la participación femenina en algunos cargos de dirección. Lo cual no

significa que no existiera el machismo, creo que es una condición inherente a los ejércitos. Sucedió que, tanto para nosotras como para ellos, muchas de las situaciones de inequidad estaban naturalizadas por la cultura, no resultaban visibles, y por lo tanto ni las sentíamos ni las reivindicábamos. (VÁSQUEZ, 2006, p. 356).

Os espaços de realização do poder masculino na presença das mulheres são sutis e muitas vezes mascarados pela expressão em assuntos considerados menos relevantes na hierarquia militar revolucionária. A forma de amar, de servir e de doar-se nas relações com os companheiros de causa diferencia as mulheres. E essa diferença é percebida, ainda que veladamente, como uma fraqueza, um ponto de desconfiança na capacidade das mulheres de assumir a destruição do outro inimigo como incondicional projeto de vida. As mulheres, assim, devem provar aos seus pares homens que internalizaram incondicionalmente a masculinidade bélica, rejeitando os vínculos que as prendem à feminilidade hegemônica. Neste sentido, Vera Grabe narra o episódio de um aborto forçado pelo comando da guerrilha:

Además quién le manda a quedar embarazada. Cómo se lo ocurre! Usted está loca! Eso era lo que nos faltaba! Por lo visto no era solamente su opinión, sino que la comandancia en el Cauca estaba molesta: Cómo se atreve la Mona a quedar embarazada! Una dirigente no puede quedar embarazada sin pedir autorización! (GRABE, 2000, p. 68)

A maternidade é uma experiência central nas narrativas de Vásquez e Grabe. O testemunho de Vera Grabe é dedicado e endereçado a sua filha Juanita. A narrativa se propõe um diálogo que pretende defender a posição de uma mãe diante de sua filha, em forma de elaboração da culpa pela não realização da maternidade nos termos da feminilidade hegemônica. Para justificar o afastamento de seus filhos, María Eugenia e Vera definem suas experiências a partir da transferência do pacto de cuidado da esfera privada para o espaço público. Afirmam que a motivação para continuarem a privilegiar as ações políticas junto à guerrilha em relação ao cuidado privado de seus filhos foi um ato de solidariedade. Na leitura que realizam em memória, ao abdicarem dos filhos para lutarem a guerra colombiana, teriam escolhido ampliar o escopo de seus cuidados, estendendo o sacrifício da mãe para toda uma sociedade, que não se esgota, mas inclui seus próprios filhos: “*Durante muchos años trabajé lejos de mi*

hijo con la convicción de que así le garantizaría un porvenir más amable, esperando el reencuentro, el tiempo para querernos y el modo de llenar con ternura los abismos de ausencia.” (VÁSQUEZ, 2006, p. 33).

Desse modo, reiterando o que discutimos antes, as guerrilheiras buscam definir suas ações no equilíbrio entre conexão e separação. Ou seja, localizam o fundamento de suas escolhas políticas e sociais em um lugar híbrido. Tal lugar, simultaneamente, liberta seus corpos para a luta política e aprisiona seus afetos nos filhos ausentes.

O trauma pela morte de um dos filhos, narrado por María Eugenia Vásquez, incorpora esta ambivalência. A narradora experimenta solidão e melancolia. Não se perdoa por haver sobrevivido ao filho; por ter falhado no seu dever de protegê-lo. A convicção de que o sacrifício do cuidado de seus filhos se justificava pelo heroísmo do cuidado de todos os filhos da Colômbia se desmorona em uma culpa que María Eugenia não é capaz de mascarar. A falha como mãe, incapaz de realizar o pacto de proteção, leva Vásquez para o terreno desconhecido do não lugar. A guerrilheira, que havia rejeitado a feminilidade dominante ligada ao cuidado materno, é absorvida por um sofrimento que a paralisa. Não há caminho de retorno; a chave do sentido de uma vida que se pretendia justa e nobre perde-se no trauma:

La angustia ocupó mi corazón, perdí el interés por todo. Por qué habría de sobrevivir a su muerte? Hubo en mi interior un remezón total. [...] La muerte del hijo fue la síntesis del sufrimiento: la suma y la multiplicación de cada una de las sensaciones punzantes que se clavaban en el corazón cuando, uno por uno, los amigos, las hermanas, los amores, iban cayendo enredados en sueños. Con el hijo se fue la esperanza; por eso quedé así como perdida en el mundo. [...] Sentía una soledad que me vaciaba el alma por los ojos sin poderla atajar y entonces quise volver para morirme menos sola. (VÁSQUEZ, 2006, p.333).

A partir dos fragmentos de si, restos da experiência traumática de separação, María Eugenia Vásquez e Vera Grabe enfrentam as contradições de ser mulher no espaço da escrita. Narram o trauma para restabelecer a conexão com o feminino, que jamais alcançaram abandonar. Vivenciam a solidão da diferença, da incapacidade de encaixar-se perfeitamente nos lugares que condicionam a experiência política. Narrando, reconhecem dimensões da intimidade que ultrapassam o sentimento egocêntrico de sobreviver a uma tragédia individual. A narrativa do eu traumatizado tem que reencontrar as complexidades

do sentir e agir das mulheres colombianas enquanto coletivo social.

Paradójicamente, así pude empezar a conciliar el desgarramiento de ser una madre distinta. Y comprendí que la presión social para que recuperara a mi hijo me sumía en una falsa contradicción. Tenía que ser capaz de construir una relación madre-hijo diferente de la tradicional, sin violentarme, tratando de ser la mamá que no podía ser en aquellas condiciones económicas y existenciales en las cuales me hallaba. Con algo más de seguridad, empecé a abrirme un espacio en el corazón de mi hijo, que vivía con sus abuelos paternos. (VÁSQUEZ, 2006, p. 356).

Para Vásquez e Grabe, quando o cenário de batalha desaparece, apenas resta a solidão de nenhum lugar; o vazio de quem deixou de ser sem nunca ter sido. Esforçaram-se, ao longo de sua juventude, para tornarem-se o melhor soldado que podiam ser. Representaram o papel da “guerreira justa”, conformando seus corpos e suas ideias a uma imagem de virtude que sustentava a política como espaço da violência continuada; como um jogo em que vencia sempre a força física e o cálculo estratégico. O ato performático de participar da guerra prometia escapar do destino de vulnerabilidade das mulheres; uma utopia que confirmava a naturalidade do estado de guerra da vida social. Ao refletirem sobre suas experiências, María Eugenia Vásquez e Vera Grabe aprendem que a vulnerabilidade de seus corpos não é um atributo de sua feminilidade, mas uma condição inerente à interação humana, da qual não é possível escapar.

Sin embargo, nuestra práctica aportó nuevos elementos a la forma de ser mujer, con lo conflictiva que podía resultar; quizás su virtud radicaba, precisamente, en lo que evidenció las contradicciones entre lo tradicional y lo que fuimos las guerrilleras como parte de un proyecto político. (VÁSQUEZ, 2006, p. 357).

6 Conclusão

Neste artigo apresentamos a contribuição da literatura de testemunho, em especial dos textos *Escrito para no morir*, de María Eugenia Vásquez, e *Razones de vida*, de Vera Grabe, para a constituição de um tipo de feminilidade transgressora das relações dominantes de gênero na Colômbia dos anos 1970 e 1980. O lugar de expressão dessas mulheres é híbrido, plural e contraditório, permitindo romper com

o discurso neutro e objetivo da história oficial. As mulheres que escrevem sobre si narram um lugar e um tempo histórico, construindo a memória coletiva. Historicamente, as mulheres falaram através de seus “protetores”, os escritores da história oficial, a partir de um lugar homogêneo e desprovido de agência política. Foram representadas como vítimas passivas e indefesas da história, para quem o caminho de realização passava pela autorização da violência e do poder dos “homens protetores”. Tornar-se guerreira, para uma geração de mulheres colombianas, representou um movimento de ruptura do silêncio feminino sobre as possibilidades de transformação política. Entretanto, tal movimento não significou a mera assimilação da cultura masculina da guerra pelas mulheres. Constituiu-se em um espaço de renegociação, muitas vezes não intencional, do ser feminino.

As experiências de María Eugenia Vásquez e Vera Grabe fundam um lugar político que se situa na fronteira entre separação e conexão. Como combatentes, Vásquez e Grabe submetem seu corpo ao combate em nome de um ideal de construção social, renunciando à virtude privada que historicamente limitou as possibilidades de ação feminina no espaço público. Entretanto, tal renúncia não ocorre sem traumas, culpas e questionamentos. Na forma de amar, no ideal de cuidado e nos sonhos não realizados, María Eugenia Vásquez e Vera Grabe se reencontram com o feminino tradicional. Do mesmo modo, percebem que o ideal de emancipação feminina pela igualdade revolucionária não se realiza nas práticas cotidianas, que continuam a submeter as mulheres à autoridade e aos desejos masculinos. Abandonam a luta armada em nome de um futuro utópico que nunca chega por uma ação presente de escritura para entender, documentar e inspirar.

Notas

- 1 A Frente Nacional foi um acordo entre os dois principais partidos colombianos, o Conservador e o Liberal, para partilha de cargos burocráticos e exercício exclusivo da presidência em sistema de rodízio. O processo político promoveu a destituição do militar Rojas Pinilla da presidência e o fechamento do espaço político para livre concorrência, restringindo a disputa dos cargos políticos aos dois grandes partidos. O primeiro presidente da Frente Nacional, Lleras Camargo, foi eleito em 1958.
- 2 Aqui entendemos gênero a partir do conceito de Joan Scott. Para a autora, a categoria analítica gênero possui duas dimensões que interagem entre si: 1) o estudo da constituição das relações sociais a partir de ideias específicas sobre as diferenças entre os sexos; 2) a compreensão do papel das ideias sobre masculino e feminino na produção e reprodução das relações de poder na sociedade (SCOTT, 1999, p.42).

Referências

BUITRAGO, Francisco Leal. La crisis política en Colombia: alternativas y frustraciones. **Análisis Político**, Bogotá, n.1, p. 83-100, mai-ago, 1987.

CASTRO, Nelly. **Una larga noche**: los caminos del conflicto en Colombia. Berlim: Pro BUSINESS, 2005.

ELSHTAIN, Jean Bethke. **Women and war**. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

ENLOE, Cynthia. **Globalization and militarism**: feminists make the link. Plymouth: Rowman & Littlefield Publishers, 2007.

GILLIGAN, Carol. Imagens de Relação. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (org.). **Teoria Política Feminista**: textos centrais. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

GRABE, Vera. **Razones de vida**. Bogotá: Editorial Planeta, 2000.

LARA, Patricia. **Las mujeres en la guerra**. Bogotá: Editorial Planeta, 2000.

LONDOÑO, Luz María; NIETO V., Yolanda Fernanda. **Mujeres no contadas**: procesos de desmovilización y retorno a la vida civil de mujeres ex-combatientes en Colombia, 1990-2003. Medellín: La Carretera Editores, 2006.

NAVIA VELASCO, Carmiña. **Guerras y paz en Colombia**: las mujeres escriben. Cali: Universidad del Valle, 2005.

RANDALL, Margaret. Qué es y cómo se hace un testimonio? **Revista de Crítica Literária Latinoamericana**, Lima, Ano XVIII, n. 36, p.7-19, 2do. semestre 1992.

REIS, Livia. **Conversas ao Sul**: ensaios sobre literatura e cultura latino-americana. Niterói: EdUFF, 2009.

SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos**: ensaios sobre dependência cultural. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

SCOTT, Joan. **Gender and politics of History**. New York: Columbia, 1999.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **O local da diferença**: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: Editora 34, 2005.

VÁSQUEZ, María Eugenia. **Escrito para no morir**: bitácora de una militancia. Bogotá: Intermedio, 2006.